

*Tomar a defesa da Universidade em nossas mãos!*

## **Participe da Plenária da Adunesp em 13 e 14/2/2019**

*O imbróglio do 13º salário e as “saídas” do reitor para a crise*

Nos dias 13 e 14/2, a Adunesp realiza uma nova Plenária Estadual em São Paulo. O objetivo é discutir e deliberar sobre a continuidade das iniciativas de mobilização quanto ao 13º salário, a partir dos indicativos enviados pelas assembleias de base (a serem realizadas até o dia 8/2/2019), bem como os demais itens de pauta (veja no box), e considerando também a realização de reunião extraordinária do Conselho Universitário da Unesp no dia 14/2.

### **Plenária terá espaço para debate de conjuntura**

A Plenária Estadual da Adunesp será realizada nos dias 13 e 14/2, com início às 9h, na Praça da Sé, nº 108, auditório do 1º andar, em SP.

Conforme deliberação da Plenária anterior, haverá um espaço para o debate de conjuntura na manhã do primeiro dia. Para isso, foram convidados três debatedores: o Prof. Wagner Romão, presidente da Adunicamp, entidade parceira na luta das estaduais paulistas; Atnágoras Lopes (membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, a Central Sindical ao qual o nosso sindicato nacional é filiado, nome a confirmar); e a Profa. Angélica Lovatto, representando a Adunesp Central na mesa. Eles nos trarão suas relevantes contribuições para melhor compreendermos a conjuntura política no âmbito estadual, federal e, num contexto mais amplo, da América Latina, neste momento de radicalização dos países centrais em relação à periferia, tais como nossa situação trabalhista diante do governo Bolsonaro, o desmonte da educação pública e a ofensiva mundial contra o direito à autodeterminação dos povos, para que estejamos melhor instrumentalizados para as importantes deliberações que teremos que tomar na parte da tarde nos dias 13 e 14 ao discutirmos a seguinte pauta:

#### **Dia 13/2:**

- Informes;
- Mobilização pelo pagamento do 13º salário;
- Eleições aos Colegiados Centrais da Unesp / Chapão Adunesp;
- Encontro de Subseções da Adunesp;
- Outros.

#### **Dia 14/2:**

- Avaliação da manifestação do CO sobre o pagamento do 13º salário;
- Indicativos para as assembleias locais;
- Outros.

O não pagamento do 13º salário aos servidores docentes e técnico-administrativos estatutários da Unesp – cerca de 12.700 trabalhadores – até este momento é apenas um dos elementos que compõem a crise instalada em nossa Universidade, certamente mais grave do que na USP e na Unicamp.

Após mais de duas décadas de absoluta submissão dos nossos reitores à política do governo estadual para as universidades públicas paulistas, a atual administração da Unesp, em meio ao aprofundamento da crise de financiamento, começa a sinalizar “saídas”, no mínimo temerárias, quanto ao futuro da nossa Universidade e da educação superior pública paulista.

### **Caminho desastroso**

Em entrevistas à imprensa e nos comunicados internos, o reitor Sandro Valentini tem apontado como vilões centrais da crise a expansão dos anos 2000 e dos últimos anos, o crescimento da demanda por permanência estudantil decorrente da política de cotas, e a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas.

Nestas entrevistas e em reuniões que teriam ocorrido entre o reitor e diretores de unidades, já se fala em fechamento de cursos e de *campi*. Ora, esse nos parece um caminho tão irresponsável e desastroso quanto os espasmos expansionistas sem a contrapartida de recursos perenes. As eventuais economias decorrentes dessa iniciativa resultariam em um montante financeiro que não resolve estruturalmente a crise e, além disso, medidas como essa imporiam um dano irreparável às comunidades afetadas, além de abrirem uma porteira para que o governo avance na política de desmonte completo da Unesp. Sabemos que o atual governador paulista, assim como seus antecessores, não tem qualquer apreço pela educação pública, e têm todo interesse, assim como o governo federal, em acabar com nossas instituições.

Ocorre que, em vez de pleitear os necessários recursos perenes para contemplar a expansão e a permanência estudantil, e o cumprimento da legislação por parte do governo estadual, a fala reitoral dá a entender que os dois primeiros elementos compõem as causas determinantes da crise atual e, portanto, extirpá-los seria a solução. Ao mesmo tempo, o reitor da Unesp, bem como os seus colegas da USP e da Unicamp, têm “enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas”, numa postura vergonhosa em relação ao Palácio dos Bandeirantes, deixando de cobrar que o governo do estado de São Paulo cumpra a Lei Complementar 1.010/2007, que estabelece que a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previ-



denciárias dos servidores” (a chamada insuficiência financeira) é do tesouro estadual. Isto é muito desconcertante porque, segundo a própria reitoria, esse é o maior problema orçamentário e financeiro da Unesp hoje, correspondendo a cerca de 1/3 da folha de pagamento.

Em vez de especular com saídas de caráter duvidoso, como o fechamento de vagas públicas, a reitoria da Unesp tem a obrigação política e moral de fazer – como o fazem a Adunesp e demais entidades do Fórum das Seis – uma denúncia pública e vigorosa das manobras e ilegalidades do governo estadual quanto ao financiamento de suas universidades.

### Recursos tem! A questão é quem fica com eles

Como bem apontam os estudos do Fórum das Seis, além do gravíssimo ônus para a folha de pagamento decorrente do tratamento dado pelo governo à questão da insuficiência financeira, ele tem manobrado reiteradas vezes com a base de cálculo do ICMS, deixando de fora vários itens, o que traz enorme prejuízo às universidades. Apenas de 2014 a 2017, por exemplo, deixaram de ser considerados na base de cálculo dos recursos para as estaduais cerca de R\$ 13 bilhões, o que resultou numa perda real em torno de R\$ 1.239.480.000 para Unesp, Unicamp e USP!

Mais grave ainda é a renúncia fiscal feita pelo governo,

com as bênçãos da Alesp, assunto sobre o qual o Cruesp também não diz nenhuma palavra. No ano de 2017, o governo estadual renunciou de receber 16,04% da arrecadação de ICMS - cerca de R\$ 20 bilhões - de um conjunto de empresas, muitas delas devedoras contumazes desse imposto. Esse valor, que o governo generosamente doou a essas empresas, deixando de recebê-lo em forma de impostos, é mais do que o dobro do orçamento das três estaduais paulistas. Em 2018, esse montante ficou em 11,2% e, em 2019, em 16% do total de ICMS arrecadado. Embora ainda não tenhamos esses valores em reais, isso certamente corresponde a um montante de recursos ainda maior do que o apurado em 2017. Ai está a resposta àqueles que perguntam de onde viriam os recursos adicionais que reclamamos para nossas universidades, embora nossos reitores ainda não tenham se dado conta disso.

### Mobilizar é preciso

Estamos num momento crítico, numa situação limite em que precisamos tomar a defesa das universidades estaduais paulistas em nossas mãos, uma vez que nossos gestores não têm se mostrado capazes de fazê-lo. Só a mobilização da comunidade acadêmica pode reverter esse quadro. Não basta se indignar cada qual em seu canto. É preciso uma ação coletiva em defesa da Universidade, dos nossos direitos e salários!

## Ação na justiça aguarda julgamento de mérito

No dia 30/11/2018, a Assessoria Jurídica da Adunesp ajuizou mandado de segurança coletivo (MSC), com o objetivo de garantir o recebimento do 13º salário pelos servidores estatutários da Unesp.

O MSC está tramitando na 12ª Vara da Fazenda Pública, sob o número 1059514-72.2018.8.26.0053. No dia 3/12, o juiz Adriano Marcos Laroca deu um primeiro despacho, alegando que, “a despeito da urgência”, entendia ser razoável aguardar o envio de informações por parte da Unesp, para depois apreciar o pedido de liminar.

Em despacho assinado em 02/02, o desembargador José Jarbas de Aguiar Gomes, da 11ª Câmara de Direito Público do TJSP, indeferiu o pedido liminar, baseando-se no conteúdo da Lei nº 12.016/09, no trecho que diz: “Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.”

Com isso, a ação seguirá tramitando, até que tenha seu mérito julgado. A AJ da Adunesp tenta agora, em segundo grau, a reversão da decisão que indeferiu a liminar, ao mesmo tempo em que apresentará embargos de declaração para buscar acelerar o julgamento de mérito.

## Adunesp enviou ofício às direções de unidade

De acordo com sugestão apresentada na assembleia dos docentes de Marília, a Adunesp Central enviou ofício a todos os diretores de unidade, solicitando o agendamento de reuniões extraordinárias de suas congregações para debater a questão do 13º salário. Confira:



Associação dos Docentes da UNESP

Ofício ADUNESP 4/2019

São Paulo, 30 de janeiro de 2019.

Ilmo. Prof. Dr. XXXXXXXXXXXXX,  
Digníssimo Diretor de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Dirijo-me a Vossa Senhoria para solicitar que agende uma reunião extraordinária da Congregação que preside, com o objetivo de tratar de um assunto premente para os servidores docentes e técnico-administrativos estatutários da Unesp, da ativa e aposentados, que é não pagamento do 13º salário destes profissionais.

Solicitamos que, ao agendar esta reunião, Vossa Senhoria contemple os seguintes itens em sua pauta:

- Avaliação sobre as discussões e deliberações do Conselho Universitário em 22/1/2019.
- Posicionamento da Congregação sobre a questão, a ser levada à próxima reunião do CO, em 14/2/2019, inclusive com a possibilidade de pleitear ao Colegiado que reveja sua deliberação de 22/1/2019 e aprove o imediato e integral pagamento deste direito dos estatutários.

Sem mais para o momento, e certo de que a Congregação que preside dará uma contribuição significativa para o encaminhamento deste relevante assunto, apresento protestos de estima e consideração.